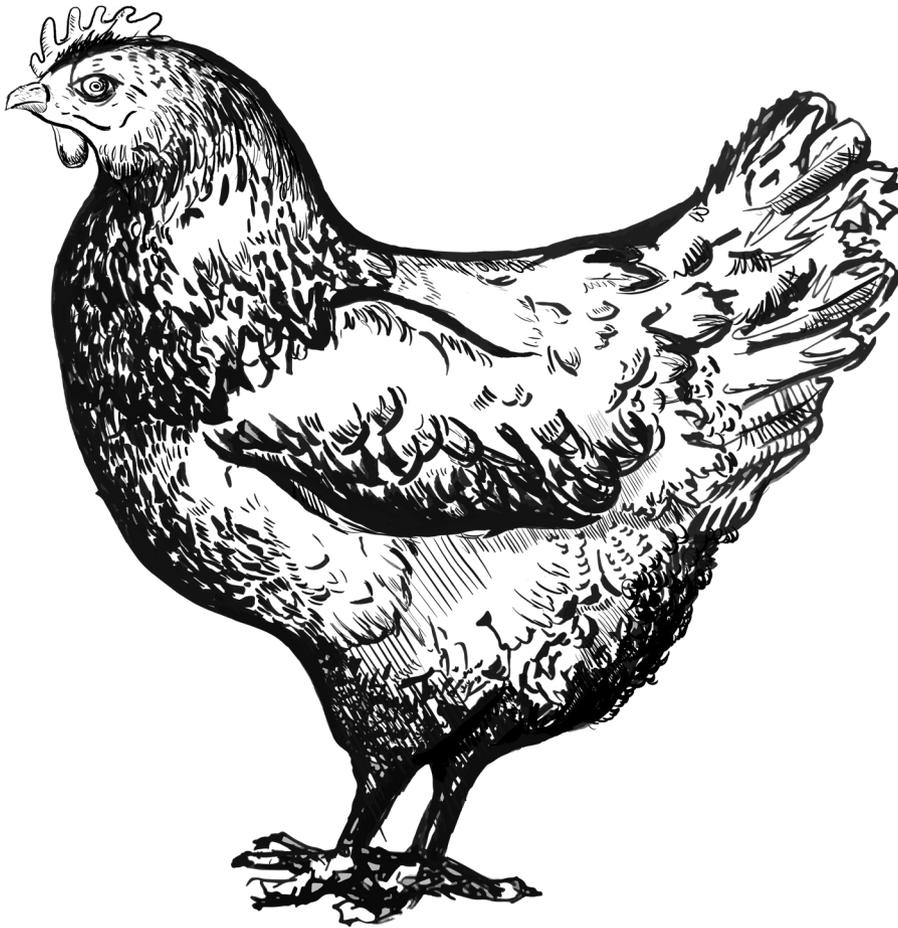


# ENTREVISTAS



**Arquiteturas  
e cidades no  
Atlântico Negro,  
raízes africanas  
e (re)invenções  
na diáspora**

# Entrevista com Fábio Macêdo Velame

Quem entrevista:

**Céline Veríssimo**

DAMG/UPT, PPGPPD, CAU e MALOCA / UNILA, ¡DALE! / UFBA

**João Soares Pena**

¡DALE! / UFBA, UNEB

**Murad Jorge Mussi Vaz**

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA



FÁBIO VELAME

---

Fábio Macêdo Velame é um dos nomes mais expoentes no Brasil quando se trata de arquiteturas afro-brasileiras. Ele fez sua formação da graduação ao doutorado na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde é professor desde 2008. Além de sua atuação como docente, ele está à frente da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI), órgão responsável por obras de manutenção e conservação do ambiente edificado da instituição.

Desde a graduação Fábio Macêdo Velame tem trabalhado com questões étnico-raciais, centrando seus esforços na construção de uma trajetória preocupada com a valorização da herança africana e na cultura afrodiaspórica materializadas, por exemplo, nos terreiros de candomblé. Tendo enfrentado dificuldade para tratar de questões étnico-raciais em arquitetura em uma época em que isso não era, ainda, um grande debate, hoje ele é uma referência na academia, orientando pesquisas que têm contribuído para o avanço dos campos da arquitetura e do urbanismo.

Nesta entrevista, Fábio Macêdo Velame nos conta sobre sua trajetória acadêmica e profissional, o porquê de ter escolhido se dedicar às questões étnico-raciais em arquitetura e urbanismo e revela quem são suas referências. Ele comenta sobre os projetos que tem desenvolvido na UFBA, as parcerias com universidades do continente africano e aponta caminhos para uma descolonização da arquitetura e do urbanismo.

---



Você é um dos poucos docentes negros da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e, pelas questões que vem abordando, tem dado uma contribuição fundamental ao campo. Conte-nos um pouco sobre sua trajetória profissional, sobre seu alinhamento teórico, sobre como e a partir de que perspectivas você fundamenta a sua atuação.

Minhas trajetórias acadêmicas e profissionais se entrelaçaram, alimentadas pela minha militância negra no estado da Bahia. Formei-me em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2003, mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA com pesquisas sobre arquiteturas de terreiros de Candomblé e suas relações com a cidade. Construí uma carreira profissional, como arquiteto urbanista, voltada para apoio e ações em comunidades negras em Salvador e no estado da Bahia. Entre 2006 e 2008, integrei a equipe do convênio entre o Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) referente ao projeto de reconhecimento do patrimônio cultural material e imaterial afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares, de levantamentos históricos, antropológicos e arquitetônicos de templos religiosos de matrizes africanas na Bahia, com o objetivo de viabilizar seus processos de tombamento junto ao IPHAN.

Entre 2007 e 2008, participei do projeto de Mapeamento dos Terreiros de Candomblé de Salvador,<sup>1</sup> realizado pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAO) da UFBA, com o objetivo de viabilizar a regularização fundiária e criar um banco de dados para implementação de políticas públicas. Esse trabalho teve continuidade em 2009 na elaboração e planejamento dos Mapeamentos

**LAJE**

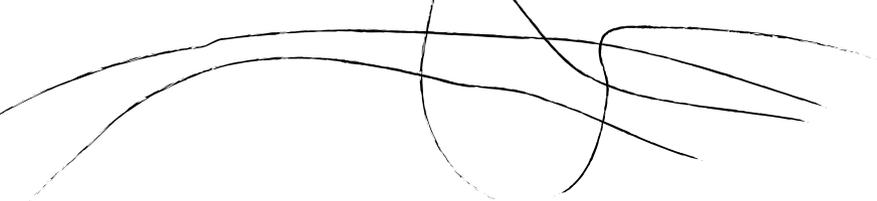
v.2 n.1  
p. 36-57  
2023

ISSN: 2965-4904

dos Terreiros de Candomblé do Recôncavo Baiano e Baixo Sul. Em 2010, realizamos o acompanhamento de projetos e obras de 53 templos religiosos de matrizes africanas de várias nações, através do convênio entre Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), Superintendência de Construções Administrativas do Estado da Bahia (SUCAB) e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI); a Cartografia Étnico-Social da Rede de Comunidades Quilombolas de Laje dos Negros do Sertão Baiano e a Cartografia Étnico-Social de Templos Religiosos de Matrizes Africanas da Bahia através da Secretaria de Combate a Pobreza e Desenvolvimento do Estado da Bahia (SEDES), com objetivo de construir bancos de dados para projetos de habitação e equipamentos sociais de combate a pobreza no estado.

Em 2011, realizamos o inventário arquitetônico dos terreiros de Candomblé do Recôncavo Baiano nos municípios de Cachoeira e de São Félix pela Fundação Pedro Calmon, com o objetivo de viabilizar a regularização fundiária, registros e tombamentos pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). Entre 2012 e 2013, elaboramos as Cartografias Étnico-Sociais das comunidades quilombolas de Maragogipe e Cachoeira através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal (MPF), a FCP e o IPHAN como contrapartida dos impactos do empreendimento do Polo Naval em São Roque do Paraguaçu, o qual teve como objetivo instruir os processos de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação Territorial (RTID) para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para titulação das terras, reconhecimento de patrimônios culturais afro-brasileiros e produção de material didático em atendimento à Lei nº 10.639/2003 - que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira -, o qual foi distribuído nas escolas municipais e estaduais de todo o Recôncavo Baiano. Atuamos ainda no desenvolvimento de projetos arquitetônicos para comunidades de terreiros e de quilombos no estado.

Em 2008, ingressei como professor permanente da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA) e, a partir dessas experiências profissionais na militância negra, começamos a construir, a partir de projetos de extensão, Atividades Curriculares em Comunidades e Sociedade (ACCS), cursos, disciplinas e pesquisas no campo das "relações étnico-raciais, estudos africanos, afro-brasileiros e afrodiaspóricos" na área de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, uma ação conjunta e pioneira na UFBA frente ao cenário nacional. Em 2013, começamos de forma institucionalizada a militância negra dentro do currículo e do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA: realizamos o 1ª Curso de Arquitetura Afro-brasileira abordando as arquiteturas dos quilombos,



terreiros de candomblé, blocos afro, afoxés, maracatus e congadas; realizamos uma sequência de ACCS com o título "Arquiteturas do Quilombo Salamina Putumuju"; criamos e institucionalizamos junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), em 2014, o grupo de pesquisa EtniCidades: grupo de estudos étnico-raciais em arquitetura e urbanismo, sediado na FAUFBA. O objetivo do EtniCidades consiste no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão voltados para as arquiteturas afro-brasileiras; cidades africanas: arquiteturas e urbanismo em África; diáspora africana no Atlântico negro: cidades e arquiteturas afrodiáspóricas nas Américas; relações étnico-raciais e arquitetura, urbanismo e cidade; e racismo e cidade: segregação étnico-racial, violência institucional e resistências urbanas.

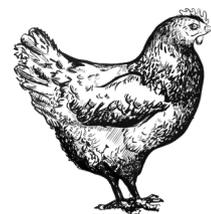
A partir da criação do grupo EtniCidades, criamos a primeira disciplina optativa oficial no currículo de um curso de Arquitetura e Urbanismo no Brasil voltada para as questões étnico-raciais: Arquiteturas Afro-brasileiras: discursos, representações e projetos. Como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), a partir de 2016 criei as disciplinas Relações Étnico-Raciais em Arquitetura, Urbanismo e Cidade; Cidades Africanas: Arquitetura e Urbanismo Contemporâneo em África; e Diáspora Negra e Cidade: Arquiteturas Afrodiáspóricas entre Áfricas e Américas. Trouxemos em 2020 o professor Henrique Cunha como professor visitante e criamos as disciplinas "Bairros Negros: a forma social negra no Brasil" e "Urbanismo Africano: 6000 anos dos povos africanos construindo cidades". A partir de 2015, anualmente, realizamos o Seminário Salvador e Suas Cores, que já em sua 8ª edição e vem problematizando a produção da cidade, arquitetura e urbanismo no Brasil a partir do negro, suas relações com a diáspora negra no mundo atlântico e, principalmente, com o continente africano, com a vinda e participação de professores de diversas áreas que problematizam as cidades em África, e arquitetos e urbanistas africanos, vieram professores e pesquisadores de Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Nigéria, e Benin. Assim, organizamos e participamos de eventos de Arquitetura e Urbanismo na África como o Fórum Internacional e Arquitectura de Angola, junto ao Centro de Estudos e Investigação Científica de Arquitectura (CEICA), da Universidade Lusíada de Angola (ULA), a convite da Arquiteta e Urbanista Ângela Mingas.

Recentemente, entre 2019 e 2021 realizamos seminários abordando, ainda, arquiteturas indígenas, acampamentos ciganos, capoeira e cidade, branquitude e cidade, e mulheres negras e cidades afrodiáspóricas. Estabelecemos também convênios para o desenvolvimento de projetos e obras de restauro em terreiros de candomblé tombados como patrimônio cultural pelo IPHAN e junto à SEPROMI para a promoção

da igualdade étnico-racial, combate ao racismo e de defesa dos direitos dos povos tradicionais. Em 2020 realizamos uma missão à África pelo programa CAPES PRINT da UFBA junto com universidades públicas da Nigéria com pesquisa sobre arquitetura e cidades históricas desse país, tais como Oyo, Ilê Ifé, Ibadan, Oxobô e Ejibo. Nessa missão organizamos a 1ª Conferência Brasil-África e África-Brasil: compartilhando entendimentos sobre a diáspora negra no Novo Mundo, em Lagos, Nigéria, junto ao Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Lagos (LASUCAS).

Ainda fruto dessa missão construímos convênios de cooperação acadêmica, científica e cultural com a Universidade de Ajayi Crowther, em Oyo, Universidade de Lagos Akoka, Universidade Estadual de Lagos e Palácio Real do Afin de Oyo, que tem como objetivos: colaboração e apoio técnico, acadêmico e científico para pesquisa do patrimônio cultural da cidade de Oyo, no que tange ao conjunto do seu patrimônio material e imaterial, visando à instrumentalização dos processos de tombamento nacional da cidade de Oyo para o Ministério da Informação e da Cultura da Nigéria e como Patrimônio da Humanidade para a UNESCO; intercâmbio de estudantes de cursos de graduação e de pós-graduação; colaboração entre professores e pesquisadores no que concerne ao desenvolvimento de projetos de extensão e de pesquisa; promoção de eventos científicos; orientação e coorientação de dissertações de dissertações de mestrado e teses de doutorado; participação em bancas examinadoras; e permuta de material bibliográfico.

Atualmente, coordeno a área de arquitetura e urbanismo da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), atuo como pesquisador do CEAO/UFBA, sou, membro da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABEA) e integro o grupo de pesquisa Patrimônio e Identidades: pesquisa multidisciplinar em relações étnico-raciais e estudos africanos do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO) da UFBA. Como líder, no grupo EtniCidades desenvolvemos pesquisas com orientação de iniciação científica e orientações de especializações, mestrados e doutorados com recortes nas relações étnico-raciais, estudos africanos, afro-brasileiros e afrodiaspóricos, além de ações extensionistas que articulam as comunidades negras com órgãos públicos, como os tombamentos e registros de terreiros, festividades e territórios negros no IPHAN, IPAC e Fundação Gregório de Matos (FGM), projetos de reformas de terreiros de candomblé, projetos de habitações em comunidades quilombolas, institucionalização de territórios negros, como o Parque em Rede Pedra de Xangô (SILVA, 2019). Meu caminho, *Odú*, ocorreu a partir da minha militância negra, que condicionou a minha carreira profissional e traçou a minha trajetória acadêmica.





Esses trabalhos foram e vêm sendo desenvolvidos buscando rupturas, ampliações e diálogos epistemológicos afrocentrados, afrorreferenciados e afrodiaspóricos a partir das teorias do Pan-Africanismo (William Du Bois, Booker T. Washington, Marcus Garvey, Kwame Nkrumah, Frantz Fanon), do Movimento da Negritude (Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor, Léon-Gotran Damas, René Maran, Birago Diop), do Afrofuturismo (Jean-Michel Basquiat, Janelle Monáe, Lu Ain-Zaila, Fábio Kabral, Octavia E. Butler), do Afrocentrismo (Malefi Kete Asante, Ama Mazana, Reiland Rabaka, Mark Christian, Elisa Larkin Nascimento), da Filosofia Africana Contemporânea (Cheik Anta Diop, Abel Kouvouama, Achille Mbembe, Amadou Hampaté Bá, Banza Mulundwe, Bibi Bakare-YuSuf, Dedier Malherbe, Emanuel Chukwudi Eze, Gerson Machedo, Odera Oruka, Jean-Godefroy Bidima, Joseph Omeregbe, Kwane Gyeke, Kwane Wiredu, Marie Paulino Eboh, Marimba Ani, Mogobe Ramose, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, Reiland Rabaka), e dos Afro-Brasileiros que se debruçaram sobre o racismo, a diáspora negra e a produção sócio-cultural do povo negro no Brasil (Manoel Querino, Edson Carneiro, Abdias do Nascimento, Clovis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Mestre Didi, Julio Braga, Adrelino Campos, ANTONIA Garcia, Vilson Caetano). Mas, além dessas vertentes teóricas e pensamentos afrorreferenciados, nos debruçamos nas bibliotecas de carne, alma e coração da população negra presente nos quilombos, terreiros de candomblé, maracatus, blocos afro, afoxés, samba de roda, rodas de capoeira, congadas, marujadas, reisados e folguedos a partir de suas cosmo-percepções, éticas, valores e estéticas.

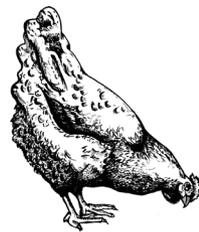
**A discussão sobre as implicações das dinâmicas raciais e do racismo na produção da cidade é recente no campo da arquitetura e do urbanismo. Você fez sua graduação em arquitetura e urbanismo entre fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000. Seu trabalho de conclusão de curso foi “Liberdade: a Salvador negra”. Como era a discussão sobre raça na Faculdade de Arquitetura da UFBA e em outras escolas do Brasil nesse período?**

Naquela época as discussões étnico-raciais tanto na FAUFBA como em outras escolas de arquitetura do Brasil eram inexistentes. Inclusive, foi uma grande dificuldade conseguir um professor que orientasse esse trabalho. Depois de muitas tentativas e conversas com vários professores, tive como orientadora a professora Naia Alban, cuja sensibilidade e visão da diversidade cultural baiana colaborou de forma fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Essa inexistência era evidente não só nos currículos dos cursos, eventos, pesquisas e projetos de extensão em andamento, mas também nas programações dos Encontros Nacionais de Estudantes de Arquitetura (ENEAs) da época. Isso decorreu da baixa representatividade e presença de estudantes

e professores negros nas escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Falamos de uma época antes das cotas raciais de acesso às universidades públicas no Brasil e da implementação das ações afirmativas em escala ampliada na sociedade brasileira. Quando adentrei a universidade, entravam cerca de 120 alunos por ano. Em minha turma eram dois negros: eu e mais um. As universidades eram o lugar da elite brasileira. Cerca de 15 anos após as cotas raciais, temos uma diversidade social e étnico-racial grande, com alunos quilombolas, indígenas, ciganos, imigrantes, LGBTQI+, negros e negras nas universidades. Com a ampliação das ações afirmativas de cotas raciais para o ingresso na pós-graduação e em seguida para professores e técnicos administrativos, a cara e a natureza da universidade pública brasileira mudou substancialmente, enriquecendo-a com diversidade e produzindo transformações estruturais nos cursos, em disciplinas, currículos, pesquisas e extensões através de uma demanda e pressão que vêm de estudantes, técnicos e professores negros.

**No texto “Que tal raça!”, Aníbal Quijano (2000), define a raça como o instrumento de dominação mais eficaz inventado nos últimos 500 anos. Neste sentido, o giro decolonial compreende raça como um instrumento de dominação que é forjado com a invasão das Américas, centrando-se, sobretudo, nos povos originários latino americanos, mas que dialoga pouco com a diáspora africana. De alguma forma a teoria decolonial atravessa seu trabalho? Quais são as possibilidades de interação e contribuição entre os estudos afrobrasileiros e o giro decolonial?**

A teoria decolonial atravessa o meu trabalho a partir dos pensadores afrodiaspóricos dos anos de 1950, 1960 e 1970, com obras e autores negros importantes que problematizaram, anteriormente e pioneiramente, a relação entre colonialidade, racismo e capitalismo como "Discurso sobre o Colonialismo" de Aimé Césaire ([1955] 2020), da Martinica; "A África deve unir-se", "A Luta de Classes em África", "Conscientismo: Filosofia e Ideologia para a Descolonização" e "Neocolonialismo: o último estágio do Imperialismo", de Kwame Nkrumah (1977a; 1977b; 1964; 1967), de Gana; e "Peles Negras, Máscaras Brancas" e "Os Condenados da Terra" de Franz Fanon (1968; 2008), de Martinica e Argélia. Esses são pensadores e obras que desvelaram o projeto da modernidade, calcada no colonialismo e no racismo a partir da violência, da desumanização, da objetificação e da subalternização das populações negras na África e na diáspora negra no Atlântico, bem como suas implicações econômicas, culturais, sociais e psicológicas no espaço do mundo colonial.



**Ao se debruçar sobre a produção do conhecimento arquitetônico e urbanístico, como você considera que o conceito de raça tem sido mobilizado? Quais são os desafios para o enfrentamento da hegemonia moderno-colonial na arquitetura e no urbanismo brasileiros?**

O conceito de raça começou a ser problematizado na arquitetura e urbanismo muito recentemente. Somente na última década ela tomou um vulto e importância pelo acesso de alunos e professores negros às universidades, pela implementação de políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais, que demandaram a atuação de arquitetos e urbanistas em projetos de habitação, equipamentos sociais de educação e saúde e em saneamento básico, assim como a realização de eventos, extensões e o surgimento, em escala e quantidade, de pesquisas nas relações étnico-raciais no Brasil tanto em arquitetura, urbanismo, planejamento urbano, patrimônio e cidade. A FAUFBA e o PPGAU/UFBA tornaram-se o epicentro desse processo no país com grupos de pesquisa e extensão que já labutam nesse campo há quase uma década.

Os maiores desafios na problematização do conceito de raça na arquitetura e urbanismo no Brasil são de três ordens. A primeira consiste na falta de uma conscientização e letramento racial na formação escolar de alunos no ensino básico, fundamental, médio e universitário no Brasil. A educação tem vindo a criar grandes lacunas na formação cidadã e precisa se posicionar na compreensão social do problema estruturante do racismo na sociedade brasileira. A segunda é a pouca problematização do racismo em suas diversas escalas e facetas: racismo estrutural, institucional, ambiental, religioso, simbólico, lingüístico, algorítmico e recreativo tanto nos currículos do curso como nas disciplinas optativas e obrigatórias de história e teoria da arquitetura, urbanismo e cidade, de disciplinas de projetos arquitetônicos, de desenho urbano, de planejamento urbano, de tecnologias e expressões gráficas. A terceira é que, somente a presença no currículo não é suficiente. Torna-se necessário extensões, ampliações, diálogos e rupturas epistemológicas afrocentradas, afroreferenciadas e afrodiaspóricas a partir das cosmo-percepções, éticas, valores e estéticas dos grupos étnico-raciais que compõem a diversidade multicultural do país e que produzem as cidades e arquiteturas, numa reflexão sobre como o racismo produz cidade e, num movimento inverso, como a cidade reproduz o racismo.

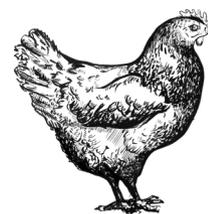
**As disciplinas de teoria e história da arquitetura e do urbanismo costumam ter uma bibliografia bastante centrada nos cânones europeus que pouco dialogam com a realidade das periferias urbanas brasileiras. Por outro lado, a literatura sobre cidades na África, pouco explorada nas escolas**

**brasileiras, pode nos ajudar a compreender nossos processos urbanos tanto pela dimensão do espaço construído quanto pelos usos cotidianos. Como você avalia essa ausência na formação dos arquitetos e urbanistas brasileiros?**

Nossa formação acadêmica em arquitetura e urbanismo até há pouco tempo era completamente centrada numa perspectiva eurocêntrica, reproduzindo uma lógica colonial, como se só a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos da América, constituíssem civilizações e o centro do mundo. Demos continuidade à tradição hegeliana de que povos que não possuem consciência de si são desprovidos de razão e, portanto, não possuem história e, por conseguinte, não constituem civilizações. Estudamos, no Brasil, como se só houvesse arquitetura e cidade nos países centrais do capitalismo, sem nos debruçarmos sobre as arquiteturas e cidades pré-colombianas, africanas, asiáticas e da Oceania. Estas regiões do globo possuíram povos que constituíram reinos, impérios e civilizações seculares e até milenares que foram lançados ao esquecimento pela hegemonia européia. São povos e civilizações que produziram epistemologias próprias e ciências nos mais diversos campos, como matemática, química, física, astronomia, medicina, construção, literatura, artes, dentre outros. O projeto moderno eurocêntrico fez *tabula rasa* da diversidade humana em todas as escolas, materializando seu projeto de hegemonia e ideário de humanidade.

Nos bancos das escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil - um país que recebeu a metade dos africanos escravizados na diáspora durante quatro séculos, que foi o último país do mundo a abolir a escravidão e tem metade de sua população declarada afrodescendente -, ainda não se estuda o Antigo Egito, os impérios da Núbia e de Axon, os grandes reinos da África Subssariana e do Saara, como o Mali, Ghana, Bérbere, Almoravida, Songhay, nem os reinos bantus da África Central, como o grande Reino do Congo, Luango, Kagongo, Matamba, Ovibundu, ou os importantes impérios da África Ocidental, como os Fanthi-Ashanti, o Dahomé, o Haussá e o poderoso império de Oyó, tampouco os reinos da África Oriental e Austral, tais como os importantes impérios Swahile e Zulu. Isso reflete por si só um processo violento de dominação e opressão colonial.

Estudávamos, até pouco tempo atrás, os templos religiosos da antiguidade à contemporaneidade, em cada período histórico do ocidente. Desde o Partenon, na Grécia, à Basílica de São Pedro, em Roma, Notre Dame, em Paris, na França, até a Capela de Ronchamp, de Le Corbusier. Mas não tínhamos uma aula ou visita sequer sobre terreiros de candomblé numa cidade como Salvador que, aliás, tem a alcunha de Roma Negra, por ser a cidade mais negra fora da África, e que conta com 1400



terreiros no seu espaço urbano. Terreiros, inclusive, reconhecidos como patrimônios nacionais pelo IPHAN desde 1984, quando se deu o Tombamento do Terreiro Casa Branca, mas que até recentemente não adentravam as salas de aula da faculdade. O estudo das arquiteturas e cidades africanas é fundamental para o entendimento das cidades brasileiras, sobretudo dos seus bairros negros e populares que constituem a maior parcela dos espaços das cidades brasileiras. A maioria dos bairros negros das cidades, malmente chamados de favelas, ocupações, invasões, assentamentos subnormais (eufemismos de linguagem do racismo à brasileira), foram oriundos, em boa parte, de três elementos geradores: quilombos; habitações de escravos de ganho, de aluguel e libertos; e terreiros de candomblé. Eram arquiteturas afrodiaspóricas que continham cosmo-percepções, éticas, valores e estéticas que ora permaneceram, ora foram resignificadas, ora recriadas nos bairros negros contemporâneos das cidades brasileiras. É importante entender aqui também os bairros étnicos africanos, tais como as Tabankas na Guiné e na Guiné-Bissau; os Compunds ou Egbés no Togo, no Benim e na Nigéria; as casas Musgum nos Camarões; e os Musseques em Angola para identificarmos aquilo que têm de comum e de diferente com os bairros negros no Brasil. Desse modo, compreender as continuidades, permanências, atualizações, perdas, rupturas e reelaborações nos dois lados do Atlântico Negro.

**Na continuidade da questão anterior, a reflexão sobre arquitetura e urbanismo no Brasil tem se constituído sobre uma série de lacunas teóricas, metodológicas e epistemológicas em relação a um conhecimento situado. Quais são os aspectos que você considera centrais para repensar os currículos de nossas escolas nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão?**

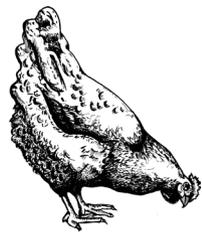
O primeiro ponto é um retorno: um encontro com a sociedade, com os anseios, demandas e necessidades sociais, culturais e cidadãs, reconhecendo a diversidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a extensão joga um papel central, deslocando a pesquisa e o ensino para outra esfera. Uma mudança profunda e radical nos currículos não se dará apenas com a introdução desses conteúdos (raça, etnia, gênero, sexualidade, etc...) nas disciplinas obrigatórias ou com a criação de optativas, mas com rupturas e alargamentos epistemológicos. Para tal, a extensão precisa ser a espinha dorsal dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Essa mudança só será possível quando tivermos um ensino extensionista. Quando os alunos se defrontarem sistematicamente com a realidade social, com encontros paulatinos com a diversidade, com os problemas reais da sociedade e desenvolverem estudos, análises, propostas, projetos e planos em meio a conflitos, tensionamentos e disputas é que poderão sair do atual

abstracionismo. Uma vez envoltos num emaranhado de complexidades sistêmicas atravessadas pelas questões de classe, raça, gênero, sexualidade, religiosidade, idade, pessoas com deficiência, dentre outros marcadores sociais, os alunos poderão ter uma formação mais ampla, com teorias, conceitos, metodologias e epistemologias que, sendo mobilizadas, construídas e tensionadas no fazer cidade, formarão arquitetos e arquitetas e urbanistas com uma real formação cidadã.

**Considerando que, segundo o CAU,<sup>2</sup> as mulheres representam 61% dos profissionais em arquitetura e urbanismo no Brasil, por que os projetos mais conhecidos são de autoria de homens brancos? Como você vê os impactos desse quadro na arquitetura e nas cidades brasileiras? Como enfrentar essa disparidade de gênero e raça?**

Isso decorre da nossa realidade colonial, na qual o patriarcado e o racismo constituem duas engrenagens fundamentais e centrais de perpetuação dos privilégios da branquitude. Isto está impregnado na estrutura da sociedade brasileira, na qual a colonialidade e a branquitude ocupam os espaços de poder, direção e os principais postos de comando nos setores público e privado. Essa realidade colonial, racial e patriarcal impacta no pensar e na produção de cidades hierarquizadas, segregadas, pseudofuncionais, serviçais, onde a reprodução do capital, através do mercado imobiliário e da mais valia do solo urbano, reproduz desigualdades espaciais racializadas nas cidades brasileiras. O enfrentamento dessa realidade requer o aprofundamento das políticas de ações afirmativas visando a equidade de gênero nos setores públicos e privados. Graças à organização de estudantes negros e negras em coletivos estudantis nas escolas de arquitetura do país essas questões são constantemente pautadas em suas respectivas unidades. A implementação dessas políticas nos órgãos e instituições de classe, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), tem sido pautada pela organização profissional dos arquitetos negros e negras em coletivos, como ocorreu, por exemplo, no projeto Arquitectas Negras, criado por Gabriela de Matos. Portanto, o caminho, Odú, é mobilização, organização, divulgação e ação política na luta pela implementação da pauta racial e de gênero em todas as esferas do campo da arquitetura e urbanismo.

**A produção do conhecimento que mais circula, sobre cidades e urbanização africana, é conduzida por agendas centradas no Norte Global, não necessariamente abrindo espaço para um reconhecimento plural das especificidades do continente africano. Como você avalia a produção do conhecimento africano ou sobre África e suas possibilidades de trocas com América Latina e, especificamente, com o Brasil?**



O Brasil fará em 2022 cerca de duzentos anos de independência, no meio a uma conjuntura e momento histórico de plena retomada do projeto colonial, estamental e escravocrata do passado. O que dizer dos países do continente africano, que têm em média cinquenta anos de independência, seguida de inúmeros golpes e guerras civis, incentivados pelos países centrais como forma de manterem sob suas égides a relação de colonialidade, exploração e dominação? Existe um movimento na África contemporânea chamada "Renascença Africana" ou "Levante da África", oriunda de uma estabilidade política, institucional e econômica das duas últimas décadas. Mas, na realidade, constitui uma "Nova Partilha da África" em zonas de influências de estados e empresas à luz da globalização, do neoliberalismo e do neocolonialismo, proveniente de um novo ciclo de acumulação do capitalismo norte-americano, europeu, indiano, coreano e chinês. Assim, mantém, aprofunda e ressignifica antigas espoliações no continente no que tange aos recursos minerais (carvão, madeira, água, gás, petróleo, ouro, diamante, metais, etc...), associado à exploração de novos mercados como o agronegócio e à indústria do turismo de massa na África Oriental; mercado de tecnologia da informação (TIC) na África Ocidental e Central; e o mercado imobiliário em várias regiões do continente.

Na última década, vimos o surgimento de projetos e construções das megacidades africanas, inseridas na lógica da competitividade global decorrente do neocolonialismo e da Nova Partilha da África, como por exemplo a nova capital administrativa do Egito; *La Cité Du Fleuve* na República Democrática do Congo; *The Eko Atlantic City* na Nigéria; *The Appolonia City* e *The Hope City* em Gana; *The Kigamboni City* e *The Safari City* na Tanzânia; *The Konza Technology City* e *The Tatu City* no Quênia; *The Ebene Cyber City* nas Ilhas Maurício; e *The Modderfontein New City* na África do Sul. A maioria desses projetos são desenvolvidos por escritórios de arquitetura e urbanismo americanos, europeus ou asiáticos e quando há presença de africanos, estes tiveram sua formação nos países centrais, reproduzindo a lógica de dominação eurocêntrica. Entretanto, há um movimento político de arquitetos e escolas de arquiteturas e urbanismo no Senegal, Gana (ArchiAfrika) e Angola (CEICA), liderado pela arquiteta angolana Ângela Mingas, que coordena o Fórum Internacional de Arquitectura na África. Essa rede de escolas de arquitetura e profissionais em África está levantando críticas a essas megacidades, assim como à lógica neocolonial apoiada pela perspectiva neoliberal de produção de cidades. Em alternativa, buscam processos, metodologias, epistemologias e projetos participativos nos bairros étnicos das cidades, com as populações chamadas de assimiladas e, notadamente, os chamados "indígenas", que constituem sobremaneira a

maioria dos bairros étnicos das metrópoles e cidades de médio porte do continente africano, que migraram do campo para a cidade durante o período colonial, durante as guerras de independência ou guerras civis.

As trocas no campo da Arquitetura e Urbanismo entre África e Brasil começaram a se intensificar nos últimos anos, sobretudo através do Seminário Salvador Suas Cores, organizado pelo grupo EtniCidades, da FAUFBA. Essa relação vem se estreitando com a vinda de arquitetos e urbanistas africanos, assim como pesquisadores das cidades africanas das áreas de antropologia, sociologia, história e geografia de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Nigéria e Benin para participação anual nesse Seminário; com a realização de convênios de cooperação técnica e acadêmica entre o EtniCidades/FAUFBA e universidades nigerianas: a Universidades de Lagos, em Akoká, a Universidade Estadual de Lagos e a Universidade de Oyó; com a realização de missões acadêmicas do EtniCidades à África. Também destaco a montagem da rede de pesquisas sobre o patrimônio afrodiaspórico entre o EtniCidades/FAUFBA, CEAO/UFBA, Instituto do Mundo Africano (IMAF), da École des hautes études en sciences sociales (EHESS Paris I), e Universidade Abomey-Cavali, do Benin.

**Você tem realizado um trabalho fundamental sobre arquitetura de terreiros, sobre comunidades quilombolas e sobre arquitetura africana na diáspora. Esses espaços se caracterizam pela construção anônima, ou seja, não partem de um projeto assinado por um arquiteto, pois costumam ser auto-construídos pela própria comunidade. A falta dessa assinatura faz com que muitas pessoas não vejam essas edificações como arquitetura. Você enfrentou alguma resistência na academia quando resolveu estudar a arquitetura de terreiros de candomblé? Quais foram ou são ainda seus maiores desafios?**

O projeto político e acadêmico que tracei foi a construção de uma narrativa que põe em evidência, em seu devido lugar de importância, as arquiteturas afro-brasileiras. Eu defino as arquiteturas afro-brasileiras como sendo aquelas edificadas pelos negros no Brasil, pelos africanos e seus descendentes, através de processos diaspóricos impostos pela escravidão como forma de sobrevivência social, cultural e política, constituindo lugares de resistência, existência, ressignificação e criação da cultura negra no Brasil. Foram compostas em suas espacialidades por temporalidades, cosmovisões, cosmo-percepções, princípios, processos, valores e estéticas afrocentradas, afrorreferenciadas e afrodiaspóricas. As arquiteturas afro-brasileiras são compostas pelos territórios negros da fuga, resistência, existência e outras formas de vida, maioritariamente constituídas por: quilombos, terreiros de candomblé, templos religiosos

de matrizes africanas, blocos afro, afoxés, maracatus, congadas, reisados, folguedos, casas de samba de roda, casas de maculelê, escolas de capoeira, escolas de samba, centro de funk, hip-hop, entre outros.

Esse projeto político e acadêmico consiste em colocar negros e negras numa posição de centralidade na produção das arquiteturas, territórios e cidades brasileiras, abordagem ainda lacunar e incipiente na arquitetura e urbanismo no Brasil. Combater as diversas modalidades de racismo que constituem e atravessam a sociedade brasileira: o racismo estrutural, institucional, ambiental, simbólico e religioso que funcionam pela mecânica do "racismo à brasileira", caracterizado pela dissimulação que opera no corpo social através das engrenagens maquinicas do eufemismo da linguagem, do mito da democracia racial, da ideologia do branqueamento, da lógica do colorismo e do amalgamento em outros marcadores sociais (classe, gênero, sexualidade, religiosidade, regionalidade, idade, etc.). Esse projeto coletivo no âmbito do EtniCidades/FAUFBA teve seus diversos aquilombamentos.

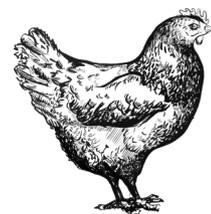
Quando fui realizar a minha seleção de mestrado, por exemplo, com um projeto para estudar a arquitetura de terreiros e suas relações com a cidade, alguns membros da banca me perguntaram por que iria estudar aquela arquitetura, uma vez que não tinha valor algum e na concepção deles "eram um monte de casinhas espalhadas sem valor arquitetônico", "construções precárias", "não viam a relevância do tema e dessas arquiteturas". Rebatí de forma contundente e incisiva e graças à fala, análise e ponderação da professora Odete Dourado, que estava na banca de seleção, frequentadora do Ilê Axé Opô Afonjá, houve um "esclarecimento" da importância dessas arquiteturas para os demais membros da banca. Destaco ainda a importância da professora Odete Dourado no cenário nacional no campo da teoria e crítica do restauro e, notadamente, nas reflexões e trabalhos sobre os processos de patrimonialização dos terreiros de Candomblé e seus impactos na área do patrimônio. Logo após esse processo seletivo, ela se tornou a minha orientadora de mestrado e doutorado, a qual eu devo a minha formação acadêmica, dando-me régua e compasso. Nesse sentido, o trabalho realizado serviu para compor todo o processo do tombamento desse terreiro (Omo Ilê Agboulá de Culto aos Egum) no IPHAN durante os 10 anos em que o processo foi instruído, fornecendo plantas, mapas, entrevistas e fotografias e culminou na viabilização do tombamento, transformando o terreiro em Patrimônio Cultural do Brasil. Posteriormente a pesquisa foi publicada em livro (VELAME, 2019). Em 2020 a FAUFBA firmou um termo de cooperação técnica junto ao IPHAN para

o restauro do Omo Ilê Agboulá, do Roça do Ventura e do Alaketu. A restauração do Omo Ilê Agboulá foi realizada dando dignidade e cidadania ao povo de santo da Bahia.

Quando surgiu o questionamento sobre a não natureza arquitetônica do terreiro de candomblé no processo seletivo de mestrado, o que estava por trás da pergunta era a concepção clássica de boa parte das escolas de arquitetura do país, herdeira da Missão Francesa trazida por Dom João VI, de que o que difere a arquitetura da mera construção é sua dimensão artística, sua condição como obra de arte, ou seja, um princípio estético. O que rege esse princípio estético é um cabedal de concepções eurocêntricas que vão do figurativo ao abstrato, de caráter eminentemente visual, plástico e perceptível. O que está no fundo da questão é o conceito de belo, no campo da estética, no universo dos valores e da percepção, do que pode ser considerado obra de arte ou não e, conseqüentemente, o que pode ser considerado ou não arquitetura, sempre numa perspectiva eurocentrada. O que está em disputa é o conceito e a narrativa sobre o belo, a estética e a própria arquitetura. Os terreiros de candomblé trouxeram esse debate entre patrimônio material e imaterial e, sobretudo, o tensionamento entre o que é ou não arquitetura, porque os conceitos de belo, estética e, por conseguinte, arquitetura do povo de santo são de outra natureza, regidos pelas cosmo-percepções, processos, éticas, valores e estéticas próprias dessas comunidades. Nelas, o axé e seu sistema dinâmico de alimentação, conservação, potencialização e distribuição são o que atribui valor, beleza e edifica arquiteturas.

**No contexto nacional, como você avalia as pesquisas centradas na temática dos territórios afrodiaspóricos? Podemos falar da produção de um conhecimento que começa a desenvolver seus próprios parâmetros a partir do acúmulo já produzido, ou se tratam ainda de iniciativas isoladas?**

Esses estudos começam com os primeiros africanos que aqui chegaram na condição de pessoas escravizadas pelo tráfico negreiro criminoso. Houve resistência e, principalmente, a transmissão de conhecimentos ao longo de gerações dessas pessoas no âmbito desses territórios negros. As pesquisas sobre territórios afrodiaspóricos já vêm de longa data, desde Nina Rodrigues, no final do século XIX, aos chamados "Estudos Afro-Brasileiros", também no campo da antropologia, da sociologia, da história, da literatura, da música e das artes plásticas que já possuem um acúmulo de pesquisas que se iniciaram no século XIX, atravessaram o XX e chegam ao século XXI com várias vertentes e correntes teóricas. Esses estudos são centrados nos quilombos, terreiros de candomblés, mocambos, clubes negros, presença negra nas cidades, agremiações carnavalescas negras, capoeira, samba, catolicismo de preto, congadas, dentre outros.



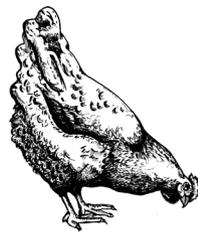
Mas o espaço, o território, a arquitetura e a cidade sempre foram colocados, nesses campos disciplinares, como pano de fundo, de apoio, de cenário dos processos sociais estudados. Foram as disciplinas espaciais da geografia, arquitetura e urbanismo que colocaram a arquitetura, a cidade e o território, a partir dos anos de 1980, em uma posição de protagonismo. Essa importância revelou-se em uma relação umbilical com as dinâmicas sociais e históricas, nas quais as relações étnico-raciais na sociedade e territórios afrodiáspóricos se retroalimentam. Esses estudos pioneiros oriundos da geografia, arquitetura e urbanismo constituem trabalhos pontuais, isolados e militantes na luta por direitos dos povos dos territórios afrodiáspóricos e de embate no âmbito acadêmico. Mas foi a partir da implantação das cotas na graduação há 15 anos, com a entrada sistemática e em quantidade de professores negros e negras nas universidades, com o ingresso na pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e da primeira geração de egressos das cotas, que o campo das disciplinas espaciais da geografia, arquitetura e urbanismo ganharam musculatura, com o desenvolvimento de pesquisas, extensões e eventos que tratam das relações étnico-raciais, estudos africanos e afro-brasileiros nos territórios afrodiáspóricos.

Vêm surgindo coletivos de estudantes negros de graduação, grupos de pesquisas que tratam das questões étnico-raciais, coletivos de pesquisadores negros, redes de pesquisa e colaboração, publicações de livros, coletâneas. Nas associações e entidades de classes profissionais a pauta étnico-racial vem ganhando espaço com políticas institucionais. Como exemplo disto, só no EtniCidades/FAUFBA já foram realizados seminários sobre arquiteturas indígenas, presença ciganas nas cidades, mulheres negras e cidades afrodiáspóricas, branquitude e cidade, dois seminários internacionais com países africanos, o Fórum Internacional e Arquitectura de Angola junto a CEICA/ULA em Angola, o Simpósio Brasil-África e África-Brasil junto ao LASU-CAS, da Universidade do Estado de Lagos, na Nigéria, além do nosso evento principal: o Seminário Salvador suas Cores que irá completar este ano a sua oitava edição. Tendo se iniciado em 2015, o Salvador e Suas Cores desenvolveu os seguintes temas: Espaço Urbano e Segregação Étnico Racial (2015); Turismo Étnico e Imagens Urbanas (2016); Arquiteturas Afro-brasileiras - Um Campo em Construção (2017); Cidades da Diáspora Negra: Laços África-Brasil (2018); Racismo, Diáspora e Cidade em África e Brasil (2019); Ensino, Pesquisa, Extensão das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil e África (2020); Por Uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas e da Diáspora Negra nas Américas (2021).

A FAUFBA e o seu programa de pós-graduação, o PPGAU/UFBA, com o conjunto de suas disciplinas, extensões, seus professores e grupos de pesquisa: EtniCidades coordenado por Fábio Macêdo Velame; Lugar Comum, coordenado por Ana Fernandes juntamente com Glória Cecília Figueiredo e Gabriela Leandro Pereira; ArqPop, coordenado por Márcia Sant'Anna; e Margear, coordenado por Tais Rosa, constituem o epicentro desse processo no país. Outras iniciativas importantes estão surgindo com grande potência na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), através do Grupo de Estudos Maloca, coordenado por Andréia Moassab; o LabRaça, na USP, coordenado por Ana Cláudia Barone; o IAU-USP, com Joana D'Arc; a UNB com Carlos Henrique; a UNIME, com Maria Estela Ramos Penha, dentre outros no país. Mas, há ainda muito o que avançar e construir, recuperando décadas de atraso nos estudos das relações étnico-raciais, estudos africanos, afro-brasileiros e afrodiaspóricos no Brasil no campo da arquitetura e urbanismo e, principalmente, empreendendo um movimento político de formação de arquitetos e urbanistas antirracistas.

**É possível decolonizar a arquitetura e o urbanismo? Neste sentido, quais são os desafios que estão colocados para arquitetas, arquitetos e urbanistas?**

Sim, é possível descolonizar a arquitetura e o urbanismo, mas não será uma tarefa fácil, nem rápida. Será um processo longo, demorado, feito passo a passo, com muitos embates, conflitos, tensionamentos e muitas frentes, mas necessário para a construção de uma universidade plural, para formar arquitetos e urbanistas antirracistas, para o combate ao racismo em todas as suas dimensões, para a construção de uma sociedade com justiça social e racial. Os grandes desafios passam pela luta da permanência dos estudantes cotistas nas universidades públicas na graduação e na pós-graduação, pelo letramento racial do corpo docente, discente e técnico nas faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil. Também passa pelas mudanças dos currículos e dos projetos político pedagógicos dos cursos de arquitetura e urbanismo, partindo de uma perspectiva antirracista. É, ainda, fundamental a implementação de políticas antirracistas dentro das associações e órgãos de classe, além do letramento racial e de políticas antirracistas em instituições privadas e órgãos públicos de atuação de arquitetos e urbanistas. Principalmente, é preciso haver a construção de um ensino extensionista, na qual a extensão seja o eixo estruturante e a espinha dorsal das faculdades de arquitetura e urbanismo no Brasil. A estrada da liberdade não tem fim, mas é nela que repousa a justiça, a dignidade e a esperança.



## Notas

**1** Cf.: Os resultados do projeto estão disponíveis em: <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/>.

**2** Cf.: O Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil está disponível em: [https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo\\_CAUBR\\_06\\_2015\\_WEB.pdf](https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf)

## Referências

BRUNSCHWING, H. **A Partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Saete. Cronologia de Rogério de Campos. São Paulo: Veneta, [1955] 2020.

DEGRAENE, P. **O Pan-Africanismo**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

DIOP, C. A. **The African Origin of Civilization: Myth or Reality**. Nova Iorque: Lawrence Hill, 1974.

DIOP, C. A. **The Cultural Unity of Black Africa**. Paris: Présence Africaine, 1989.

DU BOIS, W. E. B. **As Almas do Povo Negro**. Porto Alegre: Zero Hora, 1998.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA / CEAO, 2008.

GARVEY, M. M. **Estrela Preta**. Rio de Janeiro: Benjamim, 2013.

GARVEY, A. J. **Garvey and Garveysm**. Londres: Collier-MacMillan Ltd, 1963\1968.

GIROY, P. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOODY, J. **O roubo da história**. São Paulo: Contexto, 2012

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África I**. Metodologia e Pré-história da África. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.

HOUNTONDI, P. J. **Sur la "philosophie africaine"**: Critique de l'ethnophilosophie. Paris: Maspero, 1977.

KODJO, E.; CHANAIWA, D. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, A. A. (org.). **História Geral da África**, Vol. VIII - África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 909-936.

LOPES, N. **A enciclopédia da diáspora africana**. São Paulo: Selo negro, 2004.

M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações**: Tomo II (do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

MACÊDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MBEMBE, A. **Crítica a Razão Negra**: Ensaio sobre o racismo Contemporâneo. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Sortir de la grand nuit**: Essai sur L'Afrique décolonisée. Paris: La Découvert, 2010.

MBEMBE, A. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/public-culture/article-abstract/15/1/11/31714/Necropolitics?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica, una revisión crítica. In: GREGOR, H. C. M. (org.). **Estética y violencia**: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: MUAC/UNAM, 2012, p. 130-139.

MEREDITH, M. **O Destino da África**: Cinco Mil Anos de Riqueza, Ganâncias e Desafios. São Paulo: Zahar, 2017.

MONTOYA, F. S. **Introducción a la filosofía africana**: Un pensamiento desde el cogito de la supervivencia. Santa Cruz de Tenerife: Ediciones Idea, 2010.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção de África**: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento. Mangualde: Pedagogo, 2013.

NASCIMENTO, A. do. **O Brasil na Mira do Pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA, 2002.

NKRUMAH, K. **A África deve unir-se**. Lisboa: Ulmeiro, 1977a.

NKRUMAH, K. **A Luta de classes em África**. Lisboa: Livraria Sá da Costa editora, 1977b.

NKRUMAH, K. **Le Consciencismo**: Philosophie et Idéologie pour la décolonisation et le développement. Tradução de Jospin, Paris: Payot, 1964.

NKRUMAH, K. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Tradução de Maurício C. Pedreira, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

OECD. **Perspetivas económicas em África 2016**: Cidades sustentáveis e transformação estrutural. Lisboa: Instituto Camões, 2016.

QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 6, n. 1, p. 37-45, 2000.

RAMOSE, M. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.

RAMOSE, M. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (orgs.). **The African Philosophy Reader**. Nova Iorque: Routledge, 2003, p. 324-330.

RIBEIRO, L. D. T. **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SILVA, A. da C. **A África**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, M. A. P. da. **Pedra de Xangô**: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. Recife: Liceu, 2019.

VELAME, F. M. **Arquiteturas da ancestralidade afro-brasileira**: O Omo Ilê Agboulá, um Templo do Culto aos Egum no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019.

